

Considerações acerca da articulação clínica, rizoma e transdisciplinaridade

Considerations about the articulation clinic, rhizome and transdisciplinarity

Letícia Soares de Sousa; Roberta Carvalho Romagnoli

Programa de Atenção Psicossocial Freud Cidadão; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RESUMO:

Nesse estudo analisamos, a partir das configurações da sociedade contemporânea e das modulações do capitalismo, os recursos que as práticas clínicas possuem para trabalhar a subjetividade. Nesse contexto, destacamos as questões éticas, estéticas e políticas, assim como o fim da dicotomia entre sujeito e social, objetividade e subjetividade, teoria e prática, clínica e política. A crítica a essas fragmentações aponta para a necessidade de uma prática transdisciplinar que promova intercessões com outros saberes, corpos, territórios e práticas. Para tal nos fundamentamos no conceito de rizoma proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari, efetuando um diálogo entre seus princípios e as práticas multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. Nessa produção enfatizamos também a emergência de uma clínica rizomática que caminhe a favor da vida, da política, da resistência e da diferenciação.

Palavras-chave: Rizoma; Transdisciplinaridade; Clínica.

ABSTRACT:

In this study, we analyze, from the settings of contemporary society and from the modulations of capitalism, the resources that clinical practices have for working on subjectivity. In this context, we highlight the ethical, aesthetic and political issues, as well as the end of the dichotomy between subject/social, objectivity/subjectivity, theory/practice, clinic/politics. The critics of these fragmentations point to the need for a transdisciplinary practice which promotes intersections with other knowledge, bodies, territories and practices. To do so based on the concept of the rhizome proposed by Gilles Deleuze and Félix Guattari, making a dialogue between its principles with the multidisciplinary, interdisciplinary and transdisciplinary practices. In this production we emphasize the emergence of a rhizomatic clinic which walks for life, politics, resistance and differentiation.

Key Words: Rhizome; Transdisciplinarity; Clinic.

Introdução

Esta reflexão é parte da pesquisa de mestrado efetuada no programa de pós-graduação da PUC Minas, cujo objetivo foi estudar as intervenções clínicas desenvolvidas por psicólogos em Organizações Não Governamentais (ONGs) que atendem comunidades com

vulnerabilidade social em Belo Horizonte, investigando seus modos de atuação e seus efeitos nos processos de produção de subjetividade. Observamos, nesse contexto, a necessidade de modificar as formas de compreensão e intervenção da clínica, ampliando a visão tradicional que consiste em uma prática liberal e privada com objetivos analíticos, psicoterapêuticos e/ou psicodiagnósticos. Essa prática ampara-se em uma concepção de sujeito universal e a-histórico, e insiste na separação entre clínica e política, como assinalam Moreira et al.(2007). Por outro lado, emerge no campo estudado a clínica implicada e comprometida com toda e qualquer realidade que encontra na multiplicidade e na complexidade do universo das ONGs a necessidade de agenciar-se com os devires singulares e incontrolláveis que desestabilizam os modos de saber-fazer psicologia.

Cabe ressaltar que ao longo dessa pesquisa, percorremos a discussão acerca das relações entre as disciplinas, uma vez que nos deparamos com um ambiente heterogêneo e diversificado como o das ONGs, em que se encontram vários saberes atuantes, remetendo sempre à complexidade, à dificuldade de redução e classificação somente a uma disciplina. Parte das reflexões efetuadas nesse estudo são apresentadas a seguir.

A contemporaneidade e as práticas clínicas

Na sociedade contemporânea, com o incremento da economia capitalista, das tecnologias e do consumo, caracterizado por uma modulação nas/das formas de acumulação do capital, surgem novos fenômenos sociais que apontam para a necessidade da construção de outros paradigmas e de novas formas de intervenção na realidade. Vivemos numa sociedade calcada em modelos fluidos de dominação, manipulação subjetiva, segregação e comunicação instantânea, que produzem outras formas de subjetivação.

Todos esses fenômenos convocam uma visão de um sujeito não somente respaldado pela sua interioridade, mas abarcado em seu processo de variação, em sua processualidade convocada pela exterioridade de forças que atuam sobre ele. Nessa perspectiva, podemos apreender a psicologia “além das formas constituídas e visíveis e nos abirmos à processualidade, isto é, criar dispositivos que sustentam passagens para novos modos de existência”. (BENEVIDES DE BARROS, 1992: 104).

Essa visão questiona a própria noção de indivíduo, desmontando a premissa de unidade que o constitui. Guattari e Rolnik (2005) trabalham na perspectiva de produção de subjetividades, desconstruindo a ideia identitária de um “eu” particular, universal, unificado e individualizado. O conceito de subjetividade apresentado pelos autores mostra a

multiplicidade do termo, conservando, de certa maneira, sua centralidade, mas enfatizando sua variação, já que

[...] está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que se chamaria de singularização. (GUATTARI & ROLNIK, 2005: 42).

Dessa maneira, o modo indivíduo emerge como produto que se constitui em meio aos planos e linhas que compõem determinado momento histórico, ao mesmo tempo em que essa subjetividade se vê atravessada por vários fluxos e forças. Ou seja, também se encontra em composição com o que está “fora”, agenciando-se com o campo social, incluindo nesse campo as instâncias individuais, coletivas e institucionais. Os agenciamentos são forças, vetores e interconexões que subjetivam o ser humano a partir da rede de relações que estabelece com outros humanos, animais, objetos, instituições, espaços e lugares. Nessa leitura, os agenciamentos são responsáveis por processo de subjetivação. A subjetivação é “o nome que se pode dar aos efeitos da composição e da recomposição de forças, práticas e relações que tentam transformar – ou operam para transformar – o ser humano em variadas formas de sujeito, em seres capazes de tomar a si próprio como sujeitos de suas próprias práticas e das práticas de outros sobre eles. (ROSE, 2001: 143).

Os agenciamentos funcionam como uma rede de dispositivos, que produzem corpos, comportamentos, falas, presentes em todo lugar, fazendo emergir o inumano, o que produz efeitos e aflora nas relações. Esses dispositivos produzem subjetividades e essa conexão, como apontam Guattari e Rolnik (2005), pode levar a práticas de alienação e/ou de invenção. O dispositivo presente nessa rede pode ser entendido como “um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente [...] as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objeto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras” (DELEUZE, 1996).

O dispositivo permite rastrear os movimentos e as conexões. Na sociedade contemporânea, a produção de subjetividades resulta de conexões de agenciamentos coletivos, englobando os processos sociais, históricos, econômicos, urbanos, ecológicos, midiáticos. Para pensarmos nessas interconexões, é preciso fazer uma análise trazendo como questão o que Guattari e Rolnik (2005) chamaram, no livro *Micropolítica: cartografias do desejo*, de

produção de subjetividade do Capitalismo Mundial Integrado (CMI). As subjetividades capturadas pela ordem capitalística são constituídas por grandes máquinas produtivas de controle social, que fabricam a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Os efeitos dessa ordem não cessam de alterar as subjetividades, formatando a vida em sua relação com o consumo, com o lazer, a cultura, o corpo social.

Dessa forma, essa produção de subjetividade capitalística tende a assegurar um controle cada vez maior sobre os sistemas de produção e de vida social. Ou seja, todos os focos de singularização da existência são recobertos por uma valorização capitalística, mesmo que, em algumas conexões e em certas circunstâncias, consigam escapar a isso.

Como vimos, estamos numa sociedade que parte do pressuposto de uma padronização da subjetividade e do desejo. Em uma época em que as desigualdades econômicas e as injustiças sociais são enormes, é fundamental que possamos realizar uma indagação acerca da nossa relação com a alteridade, o saber e os efeitos de nossas atuações. Ao pensarmos no campo da psicologia, percebemos, então, um de seus grandes desafios: a urgência de produzir práticas clínicas para problematizar as formas de subjetividade e adoecimento psíquico que são produzidas nessa situação, como uma das possibilidades de enfrentamento desse plano de forças.

A produção das práticas clínicas passa pelo movimento de inventar em meio aos modelos teórico-técnicos dominantes e às formações existentes que, usualmente, tentam impor uma única forma de pensar e fazer clínica, através da construção constante de linhas de conexão com os impasses que a realidade coloca ao trabalho do profissional. Vale lembrar que esse estudo se sustenta na concepção de clínica como atitude ético-política exercida no/para o social, implicando um movimento de força de resistência aos modos de subjetivação homogeneizantes que nos atravessam.

Decorre daí que, para pensar uma resistência afirmativa ao modo hegemônico de subjetivação, é preciso que nos desloquemos das concepções espacializadas e transcendentais de poder que, no caso, aparecem como lugares definidos em formas que se opõem: clínica-indivíduo e política-coletivo. Afirmamos, então, que toda clínica é, a um só tempo, produto e produção de uma certa política de subjetivação. (ABREU & COIMBRA, 2005: 41).

Nesse universo, é preciso analisar a relação entre a formação do psicólogo e o que a inserção naquele contexto exige dele. O que percebemos no estudo é um hiato, uma distância nessa relação. O aparato conhecido, difundido e ensinado nos espaços de formação acadêmica tem se mantido em ideias e pensamentos fixos, rígidos, não acompanhando as intensas mudanças da contemporaneidade que convocam para um pensamento “trans”, nômade,

descentrado e heterogêneo. Concentra-se num eixo central e reproduz modelos antigos, sem crítica e sem contextualizar o atual momento em que a psicologia é convocada a atuar. Qual o resultado? Uma ruptura do território da teoria e da prática, uma separação de espaços que estão permanentemente conectados, mas que insistimos em cindir.

Uma análise crítica das práticas clínicas no mundo contemporâneo e das ciências humanas como um todo se faz necessária, uma vez que não há como manter a fragmentação e a distância entre as disciplinas, os campos epistemológicos, as teorias e as profissões: “Em um mundo em que a pretensão de um saber hegemônico e de uma verdade universal soa ingênua, apostar no descentramento de uma discursividade única acerca dos problemas e dos impasses encontrados pela clínica caracteriza não apenas um posicionamento epistemológico, mas fundamentalmente um ato político”. (MACIEL JÚNIOR & KUPERMAN, 2005: 7).

A complexidade cada vez mais presente na sociedade, na produção de conhecimento e nas intervenções exige um verdadeiro trabalho de (re)construção da teoria e da prática, do ensino e da pesquisa. O avanço científico moderno hibridizou e modulou em outros regimes fluidos e, não menos dualistas, as visões idealistas e reducionistas existentes na compreensão das relações e dos modos de vida, marcados pelas clássicas dicotomias entre sujeito/objeto, teoria/prática, natureza/cultura. O conhecimento passou a ser visto como transitório e não absoluto, operando sob a complexidade que faz parte de todo e qualquer objeto de estudo (ROMAGNOLI, 2009).

A crítica à fragmentação das ciências contemporâneas traz várias discussões epistemológicas acerca da complexidade e dos paradigmas do conhecimento e, nessa perspectiva, temos vários modelos de práticas, designadas como multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. Essas perspectivas apresentam diferenças nos “campos de saber-fazer” e permitem uma articulação com o texto “Rizoma”, de Deleuze e Guattari (1995), em que as ideias utilizadas apresentam semelhanças com as características das práticas “trans”, em especial com a noção de transdisciplinaridade e os princípios do rizoma.

Uma análise das categorias “multi”, “inter” e “trans” pode ser realizada, no nosso entender, através da forma de conjugação ou de conexão entre as disciplinas. No encontro entre as disciplinas e os saberes, os fluxos podem caminhar nestas duas direções: operar a favor de uma classificação, de uma reterritorialização, ou lançar-se nas forças intensivas. Os fluxos da vida, portanto, podem ora ser modelados em formas, através de sobrecodificações e conjugações, em que assumem certas configurações e determinada lógica, ora agregar múltiplas forças em processo, não assumindo molde algum, descodificando-se e conectando-

se uns aos outros. Esses funcionamentos distintos coexistem na realidade, no rizoma; as formas, os territórios são criados nas forças, e as forças escapam aos territórios, às formas. Tais funcionamentos estão presentes na subjetividade e nas práticas clínicas e distinguem-se pelos efeitos que produzem: efeitos de reprodução e reconhecimento, e efeitos produção e de invenção (DELEUZE & GUATTARI, 1996).

Na prática disciplinar, o que se percebe são territórios bem marcados, delimitados, em que não há um fluxo de passagem e trocas de saber, apresentando-se uma segmentaridade rígida, o que mantém a posição hierárquica e centrada das disciplinas. A prática “inter” apresenta uma segmentaridade mais flexível que possibilita um intercâmbio entre as disciplinas, mas ainda predominam as linhas duras da estratificação ao manter um eixo superior de saberes. Por outro lado, a prática “trans” vem desnaturalizar a visão estratificada dos “campos de saber-poder”, ao reforçar o caráter transitório e múltiplo de cada disciplina.

As práticas “multi” podem ser visualizadas quando há uma justaposição de duas ou mais disciplinas, com objetivos múltiplos e sem correlação e troca de informações entre elas. Vasconcelos (2002: 113) as define como “gama de campos de saber que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações existentes entre eles”. Nesse caso, cada disciplina possui seu saber específico e apenas faz leituras e intervenções concomitantes acerca da problemática apresentada, sem perder, de forma alguma, seu aparato discursivo, teórico e metodológico. Essa prática remete à imagem de raiz pivotante, lembrada por Deleuze e Guattari (1995), a qual se define como raízes subterrâneas, tendo uma raiz principal que se destaca pela sua espessura e seu comprimento maior que o das outras. Essa figura remete à lógica da dicotomia e da fragmentação do pensamento multidisciplinar, em que o saber se concentra num único eixo de ideias, apontando para uma única forma de pensar, não compreendendo, assim, a multiplicidade. “Isto quer dizer que este pensamento nunca compreendeu a multiplicidade: ele necessita de uma forte unidade principal, unidade que é suposta para chegar a duas, [...] pode-se sem dúvida passar diretamente do Uno a três, quatro ou cinco, mas sempre com a condição de dispor de uma forte unidade principal, a do pivô, que suporta as raízes secundárias. (DELEUZE & GUATTARI, 1995: 13).

As práticas interdisciplinares, por sua vez, promovem mudanças estruturais ao possibilitar um trabalho integrado com campos de saber conexos, gerando reciprocidade e aprendizagem mútua. Há, dessa forma, uma interação e um esforço maior para se usar uma linguagem acessível aos diferentes campos de saber e profissões envolvidas, com vistas a alcançar certa reciprocidade acerca da problemática abordada. Apesar da interação

participativa, ainda existe uma separação, uma centralização do saber e uma diferença nas relações de poder entre os campos implicados. Nesse caso, “a relação é de conjugação de dois domínios na constituição de um terceiro, que se espera estável, idêntico a si e para o qual se pode definir um objeto próprio. É o caso [...] da interdisciplinaridade.” (BENEVIDES DE BARROS & PASSOS, 2000).

Esse modelo remete à imagem e função da *raiz fasciculada*, uma vez que a unidade subsiste ainda como passada ou por vir. Isto é, ela “não rompe verdadeiramente com o dualismo, com a complementaridade de um sujeito e de um objeto, de uma realidade natural e de uma realidade espiritual [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1995: 14). O sistema fasciculado, mesmo com vários desdobramentos, ainda permanece com um eixo central e o que vemos como efeitos da interdisciplinaridade é a manutenção das fronteiras disciplinares, dos objetos e dos sujeitos desses saberes. O eixo é o axioma comum.

Por último, temos o campo transdisciplinar que possibilitará a articulação com diferentes disciplinas, saberes e práticas. Essa interlocução não se passa somente entre as dimensões e os saberes com *status* acadêmico, mas também com os campos das artes, da tecnologia e fortemente com os saberes populares. A prática *trans* subverte o eixo de sustentação dos campos epistemológicos ao entrar com força crítica para desestabilizar e perturbar as divisões dos campos de saber, as especialidades e as relações de poder. A transdisciplinaridade convoca um fazer-saber, construindo formas de intervenção criativas e inovadoras.

A noção de transdisciplinaridade vai ganhando novos contornos. Não se trata de abandonar o movimento criador de cada disciplina, mas de fabricar intercessores, fazer série, agenciar, interferir. Frente às ficções preestabelecidas, opor o discurso que se faz com os intercessores. Não uma verdade a ser preservada e/ou descoberta, mas que deverá ser criada a cada novo domínio. Os intercessores se fazem, então, em torno dos movimentos, esta é a aliança possível de ser construída quando falamos de transdisciplinaridade, quando falamos de clínica. (BENEVIDES DE BARROS & PASSOS, 2000).

A transdisciplinaridade traz como prática, mais do que a abertura a outras disciplinas, uma invenção no limiar das fronteiras disciplinares, produzindo uma nova relação sujeito/objeto e uma zona de indagação coletiva em que a problematização é uma constante. Sem dúvida, essa posição não é tarefa fácil, pois exige um esforço para lidar com toda a complexidade presente no campo social.

Morin (1996: 274), em “Epistemologia da complexidade”, afirma que “se existe um pensamento complexo, este não será um pensamento capaz de abrir todas as portas (como essas chaves que abrem caixas-fortes ou automóveis), mas um pensamento onde estará

sempre a dificuldade”. Assim, as dificuldades não devem ser vistas de forma negativa, como problema; elas surgem como forças desestabilizadoras que nos movimentam a conectar com outros saberes, possibilitando desenhar outras linhas, práticas e novos saberes. Forças estas que trazem a dimensão processual e a heterogeneidade de toda a realidade.

Este é o movimento de uma prática “trans”. Uma prática que, segundo as ideias de Deleuze e Guattari (1995), nos convoca a fazer rizoma como experiência do pensar um sistema múltiplo, acentrado e não significante. Pela botânica, rizoma distingue-se absolutamente de raízes e radículas, possuindo formas muito diversas, em todos os sentidos e sem linhas hierárquicas.

Os princípios do rizoma e a transdisciplinaridade

Em *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari (1995) apresentam os princípios do rizoma e estes nos ajudam a pensar nas características do pensamento transdisciplinar. Os três primeiros princípios, conexão, heterogeneidade e multiplicidade, remetem ao conhecimento como criado a partir de conexões simultâneas com diferentes sujeitos, olhares, saberes e intervenções, deixando que a multiplicidade se faça. Assim como um rizoma não se fixa a um ponto ou posições, o conhecimento não pode se restringir a uma ordem disciplinar.

O pensamento transdisciplinar é um sistema aberto em que linhas de forças constituem uma rede a partir do efeito desestabilizador causado pelo encontro entre os diferentes saberes. Nesse sentido, ele possui um funcionamento rizomático. O rizoma corresponde a uma rede móvel de caules, fluxos, redemoinhos e turbulências, de limites internos e externos difusos, em que se pode entrar e sair de qualquer ponto, que pode ser percorrida em diversas direções e que é reinventada em cada viagem e por quem a percorre. Nele cada ponto conecta-se com outro. Ele é feito de direções flutuantes, sem início nem fim, mas apenas o meio onde cresce e transborda, sem remeter a uma unidade. Dessa forma, “um método do tipo rizoma é obrigado a analisar a linguagem efetuando um descentramento sobre outras dimensões e outros registros. Uma língua não se fecha sobre si mesma senão em uma função de impotência.” (DELEUZE & GUATTARI, 1995: 16).

O quarto princípio, o da ruptura a-significante, oposto a uma estrutura, aponta que o rizoma é feito de linhas: linhas de segmentariedade, de estratificação e linhas de fuga ou de desterritorialização. O rizoma é em si uma superfície aberta a conexões a-significantes e ativas e, nesse sentido, vai contra a ideia de um plano de organização de disciplinas separadas, cada uma com seu objeto, sua lógica e sua luta pelo poder.

No campo transdisciplinar, os fluxos se encontram desterritorializados e caminham a favor da vida, compondo uma linha de fuga, como antes colocado. E vida é a busca por conexões que possibilitem a invenção, ou seja, criar novas formas, problematizar, desnaturalizar as instâncias de saber-poder que estão fixas, duras, imutáveis. Assim deve ser também o pensamento, construído a partir do encontro, de um processo de ir e vir, de territorializar e desterritorializar, permanecer e transformar.

Como Deleuze e Guattari (1995) apontam, os encontros podem potencializar ou minar, isto é, seguir as potências criadoras ou os poderes de domesticação. Um pensamento rizomático não vai sempre em direção à autonomia, percorre-se também por estratos de alienação e reprodução. Da mesma forma, o estrato não é de todo endurecido, é um fluxo conjugado homogeneamente e que pode entrar num processo de desterritorialização.

Trabalhar numa perspectiva disciplinar é participar de uma organização estratificada e fechada de mundo. É constituir um organismo dividido nas suas especialidades, determinado por suas funções e seus territórios. Nessa perspectiva, bloqueiam-se os fluxos, trocas entre as disciplinas, que permanecem fixadas num campo de saber. Os profissionais atuam fatiando os saberes e impossibilitam o diálogo com uma razão mais aberta e não fragmentada. “Problematizar os limites de cada disciplina é argüi-la em seus pontos de congelamento e universalidade. Tratar-se-ia, nesta perspectiva transdisciplinar, de nomadizar as fronteiras, torná-las instáveis. Caotizar os campos, desestabilizando-os ao ponto de fazer deles planos de criação de outros objetos-sujeitos, é a aposta transdisciplinar”. (BENEVIDES DE BARROS & PASSOS, 2000).

Por que é tão difícil fazer rizoma? Como não cair nos velhos procedimentos? Como não permanecer nos estratos conhecidos? Por que não possibilitar essas trocas e esses novos arranjos? É preciso ver com os olhos do outro, andar com a tecnologia, sentir com a pele da comunidade, pensar com o cérebro da filosofia, dos afetos, da ciência, da arte. Ou seja, produzir no encontro com outros saberes, no “entre” das disciplinas. E esse “entre” das coisas “não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio. (DELEUZE & GUATTARI, 1995: 37).

Fazer agenciamentos que conduzam a desterritorialização e façam emergir o rizoma, este é o desafio. E esse processo não passa somente por trocas de informações e comandos, mas sim por uma intercessão, por forças e movimentos que surgem no encontro dos saberes.

Nesse sentido, o desafio de uma prática transdisciplinar é a necessidade de uma indagação constante, de se perguntar e questionar sempre.

Ao desenvolvermos um trabalho em psicologia, acreditamos que temos que pensar se as ações estão proporcionando a autonomia, a criatividade dos sujeitos envolvidos ou se estamos reproduzindo modelos instituídos de segregação, assistencialismo e assujeitamento. Estamos trabalhando para proporcionar a eles uma visão crítica de sua realidade e das suas ações? Quais os desejos que estão envolvidos na minha prática? Essas práticas contribuem para o desvelamento de linhas de fuga?

As perguntas possibilitam deslocarmo-nos do território habitual, estremecendo nossas certezas, desestabilizando velhos esquemas. É nessa “fragilidade” que conseguimos criar algo novo. O pensamento “trans” dá trabalho porque exige uma intensificação do fluxo do pensamento, torna-se um exercício em que não descansamos nunca. Sendo assim, ao apresentarmos as possibilidades de práticas (“multi”, “inter” e “trans”), sabemos que esses modos de intervir podem caminhar em diferentes direções, dependendo das aberturas, das conexões e das indagações que os profissionais estabelecem com os devires, a cada momento. Os caminhos percorridos não ocorrem por etapas em que o pensamento vai avançando do “multi” ao “inter” até chegar ao destino final, o pensamento “trans”. A relação entre os diferentes tipos de prática não é linear e tampouco evolutiva. Muito pelo contrário, este é um processo complexo, de idas e vindas, composto por múltiplas direções e linhas, em que as práticas se diferenciam pelos movimentos, os agenciamentos e as inquietudes que levam à problematização dos territórios, a configurações dinâmicas e transitórias.

Ao seguirmos com o quinto e sexto princípios, o da cartografia e o da decalcomania, direcionamos o rizoma como o mapa das multiplicidades. A multiplicidade se lança no encontro com os corpos, se entrega à relação; já o *uno* remete a uma unidade, um corpo imóvel sempre idêntico a si mesmo, associando a ideia da raiz pivotante à prática multidisciplinar. A noção de árvore e raiz retratada aqui como práticas “multi” e interdisciplinares trazem a concepção de um pensamento que não pára de imitar o múltiplo a partir de uma unidade superior, de centro ou de segmento: “mesmo quando se acredita atingir uma multiplicidade, pode acontecer que esta multiplicidade seja falsa – o que chamamos de radícula – porque sua apresentação ou seu enunciado de aparência não hierárquica não admitem de fato senão uma solução totalmente hierárquica [...]”. (DELEUZE & GUATTARI, 1995: 27).

O pensamento transdisciplinar está aberto às multiplicidades, rompendo com a hierarquia, com o modelo de árvore-raiz. Nenhum saber é mais difícil, complexo ou amplo que o outro. O sistema rizomático, assim como o pensamento transdisciplinar, é uma micropolítica, uma prática, que passa por uma experimentação, um exercício inevitável de tentar sair do funcionalismo, da territorialidade, do segmento e abrir-se para o novo, para a expansão e a vida.

Mas como emergir uma prática-rizoma que se ancora em uma disciplina? Alguns apontamentos são importantes para pensarmos nessa questão. Uma disciplina não deve somente buscar um objeto de estudo definido, ela tem que ser vista como um agenciamento, sempre ligado e conectado a outros múltiplos agenciamentos. A não separação das disciplinas em áreas ou em polarizações antagônicas assinala a perda do plano de organização de cada teoria, segmento, territorialização, a partir da desestabilização das “certezas” de cada disciplina. É preciso buscar a relação de intercessão com outros saberes/poderes/disciplinas. É aí que a invenção acontece e o rizoma emerge.

Vale ressaltar que o pensamento transdisciplinar não significa anular as diferenças e a especificidade de cada disciplina. A diferença de saberes existe, mas interessa é a ressonância entre eles. Deleuze (1992: 154) coloca esta questão: “Como é possível, sobre linhas completamente diferentes, com ritmos e movimentos de produção inteiramente diversos – como é possível que um conceito, um agregado e uma função se encontrem?”. A questão passa pelos intercessores. Os saberes diferenciados estão aí, mas existe uma relação intrínseca entre eles. A criação ocorre quando deixamos de pensar em troca e a relação passa a ser por intercessão, dom ou captura. Intercessão no sentido de provocar uma desterritorialização nos campos de saber conectados.

Clínica rizomática

Cada vez mais a psicologia amplia seus campos de atuação, alargando suas possibilidades de intervenção. Nessa ampliação, torna-se frequente sua participação em projetos sociais que, sem dúvida, convocam os profissionais neles inseridos à invenção. Dentre esses projetos, presenciamos o aumento da atuação do psicólogo em ONGs. A pesquisa desenvolvida justificou-se pela necessidade de melhor compreendermos a atuação da psicologia nessas organizações e por nos depararmos com exigências de uma nova postura das práticas clínicas em espaços sociais que ampliam a clínica tradicional.

No nosso entender, a clínica contemporânea tem que se lançar no “trans”, isto é, atuar numa perspectiva transdisciplinar, inventiva e rizomática, articulando com diferentes disciplinas, saberes e práticas. Esses saberes conectados devem formar rizomas, cujo caminho e/ou teoria escolhida favoreçam a passagem de intensidades que, no encontro com a alteridade (corpo, saber, contexto), se transformem em expressão, em canais de efetuação.

Nesse raciocínio, podemos dizer que, de acordo com Rolnik (1989), não existe um método ou prática exata a ser seguida, não há mais objeto e sujeito. Têm-se processos de objetivação e subjetivação. Existem direções a serem seguidas que vão ao encontro da extinção das dicotomias entre individual/coletivo, consciente/inconsciente, clínica/política.

No cenário atual, os campos de saber buscam atualizar-se diante de configurações e exigências da sociedade globalizada, pautada na supremacia do mercado, competitividade e produtividade. A busca pela definição de um campo epistemológico e de seu objeto demonstra a existência da lógica pivotante e tradicional das ciências, em que se espera do campo uma identidade/unidade que reflita aquela de seu objeto. Ao pensarmos no campo da psicologia, percebemos ainda a manutenção das fronteiras disciplinares, dos objetos e dos sujeitos desses saberes. Com certeza, a psicologia provocada pelos impasses da contemporaneidade exige uma mudança nos “campos de saber-fazer”, apontando para a invenção de práticas clínicas.

Esse apontamento sobre a necessidade de invenção da clínica não se refere à criação de uma técnica ou um método, mas a uma maneira diferente de apreendermos os indivíduos e as relações estabelecidas com o mundo. Tais práticas referem-se à possibilidade de pensar o campo da psicologia no que apresenta de potência para criar e recriar a cada instante, articulando-se com outras ideias e diferentes formas de intervenção. Isso porque somente a invenção no campo social não garante novas práticas. A flexibilidade, enfatizada para o trabalho clínico atual, “pode ser uma flexibilidade distante de uma verdadeira inventividade, mas próxima do atendimento das demandas de um mercado mundializado. Vale repetir que as mudanças na atuação clínica que atualmente presenciamos não são por si só garantias de avanços reais. (FERREIRA NETO, 2003: 55).

A clínica, seguindo o modelo rizomático, é conectiva, não centrada, expansiva e não totalizadora. Não é possível permanecer com o modelo de clínica tradicional, focado apenas na problemática que se centre nas questões individuais e em leituras somente a partir da interioridade, desconsiderando os aspectos políticos, éticos, econômicos, semióticos, entre outros. Não podemos entender a clínica tradicional exclusivamente como prática

intersubjetiva, como o único caminho de trabalhar e produzir subjetividades. É preciso redimensionar o lugar do “psi” no campo social, utilizando recursos que não sejam restritos e exclusivos da clínica psicológica e que possam produzir efeitos clínicos capazes de atuar na subjetividade, tanto em prol da serialização quanto da invenção de novos modos de existência.

Ao problematizarmos a formação e as concepções de clínica como prática concebida nos consultórios individuais, não estamos excluindo a utilização desse recurso nos espaços sociais como, no caso desta pesquisa, as ONGs. Afinal, é o modo de operar que determina se uma prática é tradicional, ou seja, o que precisa ser analisado são os recursos, as forças que impedem o profissional de inventar e tenta reproduzir.

Nesse sentido, a necessidade de ampliação da clínica, uma outra clínica, rizomática, intensa, nada tem a ver com espaços, número de pessoas atendidas ou se a prática é grupal ou individual. A transformação de concepção passa pela visão híbrida e transdisciplinar da clínica, uma vez que não se restringe a um campo disciplinar e “se apresenta como uma experiência do entre-dois que não pode realizar-se senão neste plano em que os domínios do eu e do outro, de si e do mundo, do clínico e do não-clínico se transversalizam”. (BENEVIDES DE BARROS & PASSOS, 2004: 279).

Embora haja toda essa discussão sobre uma clínica “trans”, presenciamos o perpetuamento da cisão entre clínica e social, como se a clínica fosse um território para tratar das questões subjetivas e psicológicas, e o social para tratar do coletivo, das articulações macrosociais e políticas. Essa problemática aponta para a fixação de lugares instituídos de saber-poder e de especialismos, em que predominam “as linhas duras da estratificação que recortam práticas e indivíduos por oposição binária, ou seja, que os conectam a identidades definidas por especialismos técnico-científicos, característicos da sociedade capitalista, e a oposições do tipo teoria/prática, sujeito/objeto. (NEVES; JOSEPHSON, 2001: 100).

Na pesquisa realizada, foi possível observar que a dicotomização da área da psicologia em clínica e social é ainda muito forte no trabalho das ONGs, como se fossem áreas distintas que, em alguns momentos, comunicam entre si. Sendo assim, ora observamos um esforço para não reproduzir práticas consideradas clínicas nas ONGs, associando-as à ordem psicológica e individual, na defesa por realizar intervenções sociais; ora percebemos a incapacidade em romper com os modelos tradicionais de se fazer clínica.

Nesse panorama, tal como Benevides de Barros (2005), defendemos a ideia de não separação da psicologia em áreas nem em polarizações antagônicas, assinalando o funcionamento do plano de composição com a desestabilização das “certezas” dos saberes e

dos modos definidos e dominantes de fazer psicologia. Cabe ressaltar que, ao fazer tal constatação, não estamos de forma alguma desqualificando essas práticas; ao contrário, buscamos evidenciar as cisões que, no nosso entender, acabam por distanciar os psicólogos dos indivíduos e da comunidade atendida, e também deles mesmos como equipe, ao desconsiderarem os fluxos-forças que constituem essa realidade.

Este é um problema complexo e, como Morin (1996) aponta, remete à nossa dificuldade de lidar com um fenômeno histórico e cultural no qual nos encontramos. Dificuldade esta baseada no aprendizado de pensar separando, conhecer por disjunção. Nosso pensamento desde os anos escolares até a universidade e nas especializações se configura pelas divisões entre as matérias e os saberes. O movimento transformador de pensar a partir da relação e das conexões perde força, e instaura, assim, os especialismos e as separações absolutas entre os saberes (e até dentro deles, como no caso da psicologia). Nas palavras do autor:

Aprendemos muito bem a separar. Separamos um objeto de seu ambiente, isolamos um objeto em relação ao observador que o observa. Nosso pensamento é disjuntivo e, além disso, redutor: buscamos a explicação de um todo através da constituição de suas partes. Queremos eliminar o problema da complexidade. Este é um obstáculo profundo, pois obedece à fixação a uma forma de pensamento que se impõe em nossa mente desde a infância, que se desenvolve na escola, universidade e se incrusta na especialização; e o mundo dos experts e dos especialistas maneja cada vez mais nossas sociedades. (MORIN, 1996: 275).

Os objetos de estudo, os métodos e as teorias são, então, definidos, e os profissionais da área se enclausuram defensivamente nesse saber, evitando trocas e interferências de práticas e conhecimentos vizinhos. O que temos percebido no trabalho dos psicólogos em ONGs é que o diálogo com outros saberes e práticas está presente, mas com a condição de que não provoque interferências e tampouco desestabilize as certezas já construídas. Abrindo uma linha que escape a essa postura dominante, Benevides de Barros (1993: 52) nos convida “não a filiações, mas a ‘derivas’”. Algo que possa nos fortalecer no enfrentamento contra os movimentos homogeneizantes que as ‘escolas’ insistem em fazer.”

Nessa perspectiva “trans” nos deparamos com um exercício árduo, exaustivo, posto que exige uma tolerância para com a desordem, o diferente, o desconhecido. Frente ao desconhecido, Rolnik (1995) nos alerta que, não raro, pode ocorrer uma recusa ao diferente, o que impede a circulação de passagens e distribuições de intensidades, e impõe a significância e a subjetivação em uma forma de expressão determinada. Além disso, acrescentando às contribuições de Morin (1996), para os paradigmas que dominam as nossas formas de pensar,

e insistem nas simplificações, temos de nos deparar ainda com o fato de não gostarmos de indagações, mas sim de certezas, o que nos remete a um funcionamento de raiz pivotante.

Trabalhar com a incerteza, com um pensamento complexo e não completo, sempre provisório e circunstancial, talvez seja o ponto de partida para uma revolução molecular, micropolítica na concepção de clínica. As práticas clínicas implicadas e comprometidas com toda e qualquer realidade devem insistir

que o estado de potência da vida, inerente à subjetividade, pode atualizar-se na experiência clínica e que pode atuar como um dispositivo para a sustentação de modos de existência que se criam, de maneira singular e que emergem como resistência à reprodução, à massificação, à gerência da vida. Para tal é preciso tomar a clínica como acontecimento, como plano de produção do coletivo; clínica social. (ROMAGNOLI, 2007).

Sendo assim, o que possibilita pensarmos em práticas inventivas e “trans” é a capacidade de nos abrir para os acontecimentos, que nos fazem abandonar certezas e conectar com outros saberes e vivências. O exercício de desterritorialização de um saber único, tecnicista e compartimentado, a que a realidade hoje nos convoca, aponta para a necessidade de apreendermos a dimensão política e coletiva de nossas intervenções.

Considerações finais

Uma clínica “trans”, rizomática, deve estar atenta aos processos intensivos inerentes às suas intervenções, articulando esse fazer a uma ação política eficaz, em que o coletivo funcione como plano de coengendramento dos indivíduos e da sociedade (ESCÓSSIA & KASTRUP, 2005). Coletivo entendido, como nos apontam Escóssia e Kastrup (2005), como um plano de relação, de exterioridade, que se opõe a uma abordagem dicotômica da realidade. O coletivo permite a abertura para a dessubjetivação, para a desterritorialização, além de permitir a passagem de fluxos mutantes e derivar em uma criação/invenção, em outros modos de expressão. Nesse campo ainda emergente de atuação dos psicólogos, torna-se necessário agenciar com toda a rede de intensidades que atravessa esses espaços e, para isso, outros recursos podem e devem ser experimentados, propiciando o alargamento de sentidos e a expressão das singularidades.

Caminhar na direção de uma prática transdisciplinar é, sem dúvida, um exercício muito difícil, pois requer trabalhar com os devires e os acontecimentos. “É por isso que o acontecimento é sempre ‘pré-individual’. É sempre a renúncia a si e não identificação a si que ocorre.” (RAJCHAMAN, 1993: 193). O acontecimento que sustenta a prática transdisciplinar traz o estranho, o impensado, o processo de transformação de um modo de ser em outro, de

uma referência identitária por agenciamentos com a diferença, através da emergência do coletivo de forças que acompanha as situações, as relações. Dessa forma, propomos a substituição da continuidade e da eternidade pelo tempo do intempestivo, pelo que pode advir dos encontros. Reforçamos que não se trata de abandonar nossas bagagens intelectuais e conceituais, mas de estarmos atentos ao “conceito-outro”, à alteridade, às surpresas e à singularidade de cada caso. “Seguir singularidades é deslocar constantemente a questão do ‘é’ pela questão do ‘e’.” (RAJCHMAN, 1993: 192).

Apostamos nesse caminho, mas sabemos que as intervenções clínicas não serão o tempo todo rizomáticas, conectivas, em seu sentido inventivo. Em determinadas circunstâncias, conseguiremos abertura à invenção; em outras, manteremos o plano de organização para dar corpo à nossa composição atual. Com certeza, tais modos de funcionamento coexistem nessas intervenções; de qualquer forma, é preciso estarmos atentos às forças da processualidade, analisando em que momento elas inventam ou reproduzem.

Os profissionais “psi”, ao se colocarem como corpos de passagem e desenvolverem uma escuta desconectada, livre de significações e interpretações determinantes, podem criar uma prática clínica seguindo uma posição ética, estética e política. Ética porque, com uma escuta sensível, podemos compreender as diferenças que se fazem em nós e afirmar o devir através dessas diferenças, em um movimento potencializador da vida. Estética e política porque nos possibilita criar a partir das diferenças, renovando nossa percepção das coisas, resistindo às forças que obstruem as emergências do devir e que insistem em nos modelar, homogeneizar, ao mapear os planos de forças presentes nas situações e analisar os efeitos produzidos, como pontua Guattari (1993).

Distantes de esgotar a problemática estudada, buscamos lançar questionamentos e desafios, visando a promover, mesmo que pequeno, um movimento de desterritorialização no leitor, na tentativa de deixar a vida passar nas forças, e não nas formas.

Referências

- ABREU, Ana Maria do Rego Monteiro; COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Quando a clínica se encontra com a política. In: MACIEL JÚNIOR, Auterives; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Silvia (Org.). *Polifonias: clínica, política e criação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p.41-48.
- BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte. O movimento do institucionalismo e as práticas comunitárias. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social*. Belo Horizonte, 1992. p.101-104.

- BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte. Guattari e as filiações. *Cadernos de Subjetividade*: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, São Paulo, v.1, n.1, p.51-53, 1993.
- BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte; PASSOS, Eduardo. O que pode a clínica? A posição de um problema e de um paradoxo. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; ENGELMAN, Selda (Org.). *Corpo, arte e clínica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.275-297.
- BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte. A psicologia e o Sistema Único de Saúde. *Psicologia e Sociedade*, v.17, n.2, 2005, p.21-25.
- BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte; PASSOS, Eduardo. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília, v.16, n.1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: abr. 2006.
- DELEUZE, Gilles. Os intercessores. In: *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 151-168.
- DELEUZE, Gilles. *O que é um dispositivo*. Lisboa, 1996. Disponível em: www.prppg.ufes.br. Acesso em fev. 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, v.1, 1995.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, v.3, 1996.
- ESCOSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. *Psicologia em estudo*, Maringá, v.10, n.2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em jul. 2009.
- FERREIRA NETO, João Leite. Qual é o social da clínica? Uma problematização. *Pulsional Revista de psicanálise*. São Paulo, ano XVI, n.167, 2003, p. 49-56.
- FONSECA, Tânia Galli; KIRST, Patrícia Gomes. O desejo de mundo: um olhar sobre a clínica. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v.16, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n3/a04v16n3.pdf>>. Acesso em: set. 2007.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- GUATTARI, FÉLIX. Guattari na PUC: encontro de Félix Guattari com o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. *Cadernos de Subjetividade*: São Paulo: v.1, nº 1, p. 9-27, 1993.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MACIEL JÚNIOR, Auterives; KUPERMANN, Daniel. Sobre o plano de composição da clínica. In: MACIEL JÚNIOR, Auterives; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Silvia (Org.). *Polifonias: clínica, política e criação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p.7-8.

- MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira. O surgimento da Clínica Psicológica: Da Prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.27, n.4, 2007, p.608-621.
- MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, Dora (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. parte IV, cap. 16, p. 274-286.
- NEVES, Claudia A. B.; JOSEPHSON, S.. A Crítica como Clínica. In: MACHADO, Leila Domingues; LAVRADOR, Maria Cristina Campello Lavrador; BARROS, M. E. B. (Org.). *Texturas da psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p.99-108.
- RAJCHMAN, John. Lógica do sentido, ética do acontecimento. *Cadernos de Subjetividade: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP*, São Paulo, v.1, n.1, 1993.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo, 1989. Disponível em: <http://distributedcreativity.typepad.com/submap/2005/03/cartografia_sen.html>. Acesso em: fev. 2008.
- ROLNIK, Suely. O mal estar na diferença. *Psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, n. 3, 1995. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Malestardiferenca.pdf>>. Acesso em: mar. 2009.
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A resistência como invenção: por uma clínica menor. *Vivência*. Natal, v.1, 2007, p. 97-107.
- ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, v. 21, n. 2, 2009, p. 166-173.
- ROSE, Nicolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.138-203.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Os conceitos e tipos de práticas interdisciplinares e interparadigmáticas. In: *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.102-128.

Letícia Soares de Sousa
Mestre em Psicologia pela PUC-Minas
Diretora do Programa de Atenção Psicossocial Freud Cidadão
E-mail: leticia_s_sousa@yahoo.com.br

Roberta Carvalho Romagnoli
Professora Adjunta III do Instituto de Psicologia da PUC-Minas
Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP
E-mail: robertaroma@uol.com.br